

ATA COMDEMA 10/05/2017

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43

Aos dez dias do mês de maio de dois mil e dezessete na dependências da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa - ACIPG, sito à Rua Comendador Miró, nº 860, às dezoito horas e vinte e cinco minutos, deu-se início à reunião extraordinária pública com a presença da presidente do COMDEMA Caroline Schoenberger e os conselheiros Diego Silvério dos Santos, Paulo Rogéric Borszowskei, Darcy Alberto Belinski, Augusto Iurkiw, Evandro Kostycz, Jamile Salim, Giovanna Paola Primor Ribas, Edilson Gorte, Ricardo Johansen, Vitor Moreira Borsato, Hugo Q. Bagatim, Robson Carlos Klimionte, Isabele Futerko, Mário César Rodrigues, Neymar de Meira Albach, Elizabeth W. Scheffer e o Secretário Executivo Paulo Eduardo Oliveira de Barros. Presentes nesta reunião: Andréia A. de Oliveira do Comitê Tibagi, Susan C. D. B. Araujo, Gabriela Leonhardt do ICMBIO, Ana C. Barana da UEPG, Julia Streski da FAC PG, Juliana Goetz C. Pansanato da OAB, Marcelo E. Infantini da PGA, Alex Ferreira Bueno da AFB Ambiental, Ademar L. T. Junior da MTX, Luiz Fernando Pijack da Pijack Engenharia, Fabio Gaspar Mello da Habitação Imóveis, Silvana Erdmann Buczak, Ariane Hilgemberg Silva, Marjorie F. Bueno Giordani e Rafael Hayar da ARENA, Luiz Eduardo P. Rosas da ACIPG, Rubens Garcia dos Santos, Nicole M. Toczek, Ricardo A. Faria, Paulo Rogério Borszowski e Eurico T. Borges da SMMA e Luciano Pizzatto Engenheiro Florestal e consultor na área de meio ambiente. A presidente do COMDEMA iniciou a reunião falando sobre o situação atual do aterro do botuquara, que hoje está operando através do TAC e que o Ministério Público tem a ciência da situação irregular que ocorre junto ao aterro. Hoje o município tem a oportunidade de um novo empreendimento, ou seja, operar em um aterro privado, onde o COMDEMA tem acompanhado a evolução dos estudos, também tem participado junto com o secretário Paulo Barros das reuniões realizadas no MP e realizado visitas "in loco". Informou que o secretário Paulo Barros solicitou a realização desta reunião extraordinária pública para apresentar ao conselho e à comunidade a situação atual do aterro do botuquara e o projeto para o novo aterro privado. Explicou que é uma reunião do conselho com a participação da comunidade e primeiramente será feita a apresentação do secretário Paulo Barros e na sequência a empresa do novo aterro. Após, seguirão os questionamentos, onde primeiramente serão respondidas as perguntas dos conselheiros e depois, da comunidade. Com a palavra o secretário Paulo Barros, agradeceu a presença de todos que foram a esta reunião preocupados com a gestão dos resíduos sólidos no município e iniciou a apresentação dizendo que este projeto é um dos mais importantes da sua vida profissional. Disse que o conselho deve, nesta noite, ter a ciência da importância da discussão de um novo aterro municipal. Lembrou que temos um problema de meio século que é o aterro do botuquara e que precisa ser resolvido. É um problema que surgiu há muito tempo e está degradando cada vez mais a bacia hidrográfica em que está inserido e que, pela terceira vez, temos a oportunidade de fechar o aterro do botuquara. Durante a apresentação será percebido o avanço que tem ocorrido no uso e ocupação do solo, desde que o aterro do botuquara foi escolhido como destino final do lixo da cidade e que hoje está em situação bastante crítica. Enfatizou

44 novamente que o objetivo desta reunião é demonstrar a situação atual da
45 destinação final dos resíduos sólidos do município de Ponta Grossa, apresentar o
46 novo aterro e também solicitar o apoio deste conselho que tem representantes com
47 a expertise para trabalhar com o meio ambiente e que representam toda a
48 comunidade. Esclareceu as competências do COMDEMA, onde selecionou as mais
49 importantes: atuar no sentido de sensibilização pública voltada para o
50 desenvolvimento sustentável, falando para a comunidade que a alternativa que será
51 apresentada tem uma sustentabilidade ambiental, subsidiar ao Ministério Público
52 no exercício de suas competências para proteção e preservação do meio ambiente
53 (como é um fórum com especialistas na área de meio ambiente, porque não
54 subsidiar muitas coisas em que o MP tem dúvidas para tomar decisões em
55 determinadas situações ambientais), solicitar aos órgãos competentes um suporte
56 técnico para complementar ações executivas na área ambiental do município (como
57 a importância do encerramento do botuquara e a urgência de um novo aterro
58 sanitário), opinar sobre os aspectos ambientais, políticas, planos e programas
59 governamentais que possam interferir na qualidade ambiental do município (citou
60 como exemplo a proposta de implantação da usina que foi rejeitada pelo conselho)
61 e responder consultas sobre matérias de sua competência (perguntou ao conselho
62 se vai apoiar a SMMA no projeto do novo aterro). Enfatizou novamente que o aterro
63 do botuquara começou nos anos 60, sem critérios técnicos para a sua implantação,
64 onde não havia na época as normas vigentes para implantação de aterro sanitário e
65 sem nenhum controle da entrada do lixo no aterro, com um passivo ambiental bem
66 diversificado e uma área bastante degradada. As primeiras ações para transformar
67 em aterro controlado começaram no ano 2000, onde foi feita uma reformulação do
68 maciço, drenagens e obras de engenharia que deram melhores condições ao aterro.
69 Em 2005 foram feitas as células sanitárias e a instalação da balança, começando a
70 melhorar as condições operacionais do aterro do botuquara. Ao longo dos anos foi
71 aumentando a área ocupada com o aumento significativo do volume do lixo
72 depositado. Mostrou através de gráfico que no início do governo Wosgrau, no ano
73 de 2005, o município gerou 50.912ton/ano e no início do segundo mandato foi para
74 61.450ton/ano (na época foi proposto a implantação de um aterro no Roxo Roiz e
75 não foi possível pela mobilização contra da sociedade) e a estimativa para 2017 é
76 que ultrapasse as 90 mil toneladas/ano que serão depositadas no mesmo local,
77 sendo um desafio muito grande para que se faça uma gestão adequada para estes
78 resíduos. Mostrou um mapa atual do aterro do botuquara com perímetro total de
79 46 hectares, onde faz parte a antiga célula de lixo hospitalar que está inativa, o
80 antigo lixão ocupa quase 8 hectares, a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª células sanitárias ocupam mais
81 de 9 hectares, 5 lagoas de tratamento de chorume e a 5ª célula que ocupa mais de
82 2,5 hectares. Existem 2 áreas de resíduo a céu aberto que é do transbordo
83 (aproximadamente 3 hectares), onde foi depositado o lixo diretamente no solo por
84 aproximadamente 14 meses, com a ciência do IAP e do MP, e que após o término da
85 5ª célula, esse lixo seria removido da área de transbordo e realocado no interior da
86 5ª célula já em operação. Saliu que já está aprovado o PRAD para recuperação
87 desta área degradada. Lembrou da denúncia feita pelos integrantes do movimento

88 sem terra em janeiro/2017, vinculada no Diário dos Campos, quando da ocorrência
89 de chuvas intensas, uma pequena quantidade de lixo que saiu por esta área de
90 transbordo e foi parar em um córrego. Imediatamente foi providenciado a limpeza
91 e a partir deste fato surgiu a necessidade de colocar em pauta um novo lugar para
92 um novo aterro sanitário. Hoje o aterro do botuquara recebe 7.500 toneladas por
93 mês, a 5ª célula está implantada e operando e existe a necessidade de ampliação
94 para podermos realocar o lixo depositado a céu aberto e também atender a coleta
95 diária do município, que é em torno de 300 toneladas/dia. Outra questão do aterro
96 são as obras necessárias que são de responsabilidade da PMPG. O aterro é localizado
97 próximo a áreas de conservação fazendo com que o município perca receitas,
98 deixando de explorar as áreas de ecoturismo. Existe o risco da contaminação da água
99 subterrânea devido a formação de urnas e também a TAC que vence em junho/17. A
100 área do aterro já está ocupada em 70%, não sendo possível mais ampliações, salvo
101 os 8 hectares onde está previsto a interligação da 5ª célula com a 2ª e 3ª célula, para
102 que seja possível fazer o transbordo e receber o lixo diário, até que se possa achar
103 uma outra alternativa para a destinação dos resíduos. Lembrou que a gestão
104 anterior discutiu a proposta de implantação de uma usina e onde apenas a primeira
105 etapa foi concluída, apresentando diversas tecnologias. Disse que não tem convicção
106 para seguir nesta proposta, visto que o custo de implantação é de 250 milhões de
107 reais, o desafio do licenciamento ambiental é demorado (sete anos), destacando
108 como exemplo a cidade de Maringá que desistiu da usina de tratamento térmico e
109 foi para o aterro em uma pedreira. Diante de todos os fatos elencados, a SMMA
110 soube da alternativa da Pedreira Boscardim, onde o município já deu anuência para
111 os estudos ambientais desta pedreira e também já existe processo de consulta no
112 IAP. Até o momento tudo aponta para a certeza de confiarmos neste projeto para
113 dar um destino final dos resíduos em Ponta Grossa. Os pontos positivos deste novo
114 projeto, primeiramente, é a utilização de uma área degradada aliada à extração de
115 minério, que faz com que o custo de implantação seja reduzido e também o fator
116 tempo devido a urgência, tendo como exemplo a experiência da cidade de Maringá,
117 que já implantou um aterro em condições parecidas e que faz com que tenhamos a
118 convicção de que estamos indo no caminho certo. Tem a questão da
119 impermeabilização da drenagem, que é uma técnica dominada. O novo aterro tem
120 premissas que são bastantes positivas em relação ao aterro do botuquara: a
121 localização que fica na formação Ponta Grossa, a distância de mais de 10 km de rios
122 como o Tibagi e não tem unidades de conservação, o que não vai mais atrapalhar o
123 ecoturismo, dando a certeza da escolha deste local. Enfatizou novamente as três
124 atenuantes básicas: longe de grandes corpos hídricos, formação geológica favorável
125 e longe de unidades de conservação nos dando a certeza da escolha deste local para
126 receber o novo aterro. Quanto a questão dos custos operacionais, vai ser trabalhado
127 em cima das planilhas de 2016, porém será necessário inserir 03 complementações:
128 a jazida de argila que hoje é importada, depreciação do imóvel (porque hoje o imóvel
129 é do município) e o tratamento do chorume, que não fazem parte do custo de
130 operação do botuquara. Enfatizou que o custo ambiental é imensurável levando em
131 consideração as condições que está operando o aterro do botuquara. Disse ainda

132 que vai continuar o contrato com a concessionária e cabe ao município de Ponta
133 Grossa melhorar as condições atuais e achar uma solução viável. O risco que a PMPG
134 corre em continuar com o aterro do botuquara é o encerramento do mesmo, por
135 estar operando sem licença, pelo motivo do cancelamento do TAC com o IAP e
136 conseqüentemente paralisando a coleta no município, provocando um dano
137 irreversível ao meio ambiente e a elevação dos custos operacionais, para efetuar a
138 limpeza da cidade e o transporte para outro município. Foi feita uma pesquisa, onde
139 em Curitiba o custo é de R\$ 90,00 por tonelada da porteira para dentro, no aterro
140 de Londrina fica R\$ 120,00 e o de Sarandi fica em R\$ 105,00. O custo operacional
141 para a nova planilha, ficará em média entre 120/130 reais por tonelada. Disse ainda
142 que existe uma possibilidade de regionalizar o tratamento de resíduos. Enfatizou
143 novamente o apoio do COMDEMA para discutir esta alternativa que vai ser
144 apresentada e encerramos 50 anos do aterro do botuquara (ainda com obras a
145 serem realizadas). Disse que após a definição de um lugar apropriado para o destino
146 final dos resíduos sólidos, poderá avançar cada vez mais na coleta seletiva, nas
147 políticas públicas da responsabilidade compartilhada. A presidente Caroline passou
148 a palavra ao Eng. Luciano, que se apresentou como consultor na área de meio
149 ambiente, com 40 anos de experiência neste setor. Começou sua apresentação
150 dizendo que o município tem uma chance única para resolver o problema dos
151 resíduos no município. Enquanto no mundo inteiro se discute a disposição dos
152 resíduos e nos países como a Europa e Japão a distribuição térmica em usinas é usual
153 e já fazem o tratamento com plasma (altíssimas temperaturas), porém para a nossa
154 realidade sócio econômica ainda não nos permite um avanço tão grande. Mesmo
155 assim, em qualquer região do mundo, tentamos afastar no máximo possível os
156 efeitos negativos de um local onde se vai operar os resíduos, principalmente odores,
157 emissões líquidas e outros, porque isso gera um desconforto ao ser humano e outros
158 seres vivos e principalmente, coloca em risco a nossa qualidade de vida. Então, tudo
159 aquilo que nos dá qualidade de vida, o nosso consumo diário, o resultado é algo que
160 prejudica nossa qualidade de vida, seja no caso dos resíduos sólidos ou dos efluentes
161 líquidos. Após analisar o projeto para fazer uma apresentação muito sucinta (projeto
162 técnico será em outro momento), com a experiência de outras cidades (Maringá, Rio
163 Grande do Sul e outras partes do Brasil) que tiveram a sorte de poder somar a um
164 projeto em desenvolvimento uma área que já tem um processo de uso ambiental na
165 sua mitigação, Ponta Grossa, sem dúvida, tem a melhor solução para aterro sanitário
166 do país, porque com esta proposta estaremos encapsulando o resíduo dentro de
167 uma rocha de granito, que só ela teria a impermeabilidade necessária (com outros
168 tratamentos). É possível fazer isto, porque fazer o buraco no granito é primitivo e
169 aqui, por uma coincidência, já existe. Conseqüentemente, o processo além de ser
170 uma solução ótima como aterro sanitário, uma solução economicamente viável e
171 compatível com todo o processo, vai ainda mitigar um dano já existente. Destacou
172 que a empresa Ambiental Campos Gerais Gerenciamento de Resíduos é
173 pontagrossense, conhece as peculiaridades desta cidade e que vai assumir um
174 compromisso de décadas. É formada por um consórcio de três empresas: Pedreiras
175 Boscardin, Grupo Arena e MTX Ambiental que já opera o aterro em Pirai do Sul e a

176 área rural é de propriedade da DGR Administradora de Bens, também de família
177 tradicional de Ponta Grossa. A utilização é de uma pedreira já existente (onde quase
178 todos já conhecem) e que tem uma característica diferente de 90% das pedreiras
179 espalhadas pelo Brasil que são em encosta, está é uma vala (buraco) a céu aberto,
180 que tirou a camada de solo superficial e cavou em granito puro toda a sua área de
181 utilização, gerando em seu entorno uma infraestrutura para o seu aproveitamento
182 que será a mesma para o aterro sanitário, ou seja, uma transição do uso da pedreira
183 atual (que vai continuar a existir por mais uma década) para um aterro que terá
184 aproximadamente cinco décadas de uso. Está localizado longe da área urbana, ao
185 lado da BR 373, na saída do KM 180, vai por uma estrada de terra de 8 km de
186 extensão e se localiza na Fazenda Sagrado Coração. A pedreira em si é monumental,
187 tem uma altura de 60 metros abaixo da camada do solo que em alguns lugares chega
188 a 20 metros e do lençol freático, reduzindo o risco de contaminação, é equivalente
189 a um prédio de 20 andares e independente de ser uma área em condições físicas
190 excelentes, deve-se atender obrigatoriamente as condicionantes da Legislação
191 Federal e do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que é a Resolução SEMA
192 94/2014, onde ela tem que estar localizada fora de efluentes diretos de manancial
193 de abastecimento público, estar distante, no mínimo, há 200 metros de lagoas e
194 qualquer outro corpo hídrico, 1.500 metros de núcleos populacionais, 300 metros
195 de residências isoladas, respeitar distancias mínimas de aeródromos e outras áreas
196 de uso federal, projeto de vida útil superior a 15 anos, estar fora da zona de
197 amortecimento de unidades de conservação e outras restrições diretas e indiretas.
198 Se observar estes tópicos, quando se encontra um lugar, por mais perfeito que ele
199 possa parecer, dificilmente conseguimos um tratamento próprio. Como primeira
200 avaliação do processo, é importante considerar se é possível, já que fisicamente é
201 um lugar extremamente defensável, onde os engenheiros, professores e técnicos já
202 avaliaram, mas se estas condicionantes serão superadas. A pedreira está dentro da
203 Formação Ponta Grossa, que é muito estável, sem rupturas e tem uma série de
204 características que, onde está o atual aterro, não dá uma estabilidade tão adequada.
205 Outro aspecto positivo são as linhas de distanciamento, observando que a distância
206 está acima dos 15 km dos parques nacionais, APA e escarpa devoniana e quando
207 decompos os levantamentos de distância para as condicionantes específicas da
208 resolução SEMA, vamos observar que no caso dos corpos hídricos (200 metros), o
209 projeto considera utilizar parte da área da pedreira atual e abandonar uma parte da
210 pedreira para ficar totalmente fora dos 200m da zona de influência. Enfatizou o
211 respeito neste processo pela comunidade, onde vieram mostrar a ideia e o projeto,
212 ouvir a opinião, discutir, considerar, aproveitar a expertise e o conhecimento técnico
213 científico de cada um para melhorar este processo. Mostrou a área onde o projeto
214 vai se desenvolver nas próximas décadas, ficando fora da zona de APP e da zona de
215 influência dos 200 metros. A distância de mananciais públicos está muito além do
216 que é determinado na legislação: 11 km de Carambei, 18 km da represa de Alagados
217 e 12 km da captação do Pitanguí, sendo mais uma condicionante superada sem
218 nenhuma dificuldade. A vila rural tem um pequeno aglomerado de propriedades
219 rurais que está fora do limite máximo de 1.500m. Existem algumas propriedades



220 isoladas que estão fora da área de 300 metros. Outra condicionante é a distância do
221 aeroporto que fica a 23 km, observando que o atual aterro sanitário não passaria
222 por nenhuma destas condicionantes, sendo todas comprometedoras. Em relação ao
223 desenvolvimento do projeto, quando falamos que os resíduos estão encapsulados
224 no granito, não quer dizer que está hermeticamente fechado, porque este granito
225 pode ter fissuras ou pequenas rupturas e gerar uma infiltração. O processo será
226 revestido com um colchão de lã que ficará em cima da estrutura de granito, depois
227 será colocada uma dupla impermeabilização com lonas específicas. A base do
228 processo (60 metros de altura com uma largura de mais de 100 metros) tem que ser
229 preparada anteriormente para poder resistir por quase meio século, onde vai ter um
230 custo da manutenção para a retirada desta água que é feita com drenos fluviais, com
231 camadas filtrantes, com drenos para o chorume que vai ser retirado e tratado, com
232 dreno vertical e a colocação na base de todo o processo com uma camada de argila
233 que é para ter abaixo de onde vai haver a deposição, uma área mais homogênea de
234 colocação do produto para uma eventual reutilização. Na fase um, se propõe a
235 utilização de um pequeno pedaço, já feita toda a preparação da forma que foi visto,
236 once está previsto um volume para 3 a 5 anos. Disse que a concessionária continuará
237 a expansão desta pedreira até a estrada municipal, permitindo uma área de
238 tratamento e de material inerte até a fase 5. Mostrou através de mapa uma
239 concepção geral para uma área de utilização de 302,000 m² e um volume necessário
240 para a produção atual dos resíduos urbanos de Ponta Grossa. Com o tempo deverá
241 ter uma estrutura para tratamento de chorume, mas inicialmente, este chorume
242 será levado para Pirai do Sul, onde o grupo tem uma estação de tratamento.
243 Finalizou a apresentação dizendo que o projeto após autorizado e licenciado
244 inicialmente, pode estar sendo operado com todos os cuidados na fase 1, em torno
245 de 4 a 5 meses no máximo, que é uma solução emergencial ótima para o município,
246 ele não afeta o atual sistema de coleta pois trata-se de outro contrato e enverga
247 soluções já existentes, aproveitando as melhores soluções que já existem, com a
248 coincidência de termos a pedreira na forma de vala dentro das distâncias mínimas
249 regulamentais e demais limitantes possíveis para a região. A presidente Caroline
250 esclareceu que o conselho sempre foi favorável a todas as ações da prefeitura,
251 procurando sempre trabalhar em conjunto, deixando muito claro, que o
252 posicionamento do conselho é que as ações sejam feitas de maneira social,
253 ambiental e legalmente corretas. Disse que o conselho ainda não tem um
254 posicionamento sobre o novo aterro. Deu início aos questionamentos. A primeira
255 pergunta foi feita pelo conselheiro Hugo, que gostaria de saber sobre o
256 licenciamento. O Eng. Luciano disse que está na fase da solicitação. O conselheiro
257 Ricardo perguntou em qual fase está o licenciamento. O Eng. Luciano explicou que
258 as fases são LP, LI e LO. Na fase do licenciamento prévio, todos os projetos de
259 engenharia necessários já foram desenvolvidos. A conselheira Isabela perguntou
260 sobre o acesso à pedreira, se no futuro será pavimentada. O Eng. Luciano disse que
261 não é necessário esta pavimentação e que hoje já existe grande fluxo de caminhões
262 que fazem o transporte da pedreira, não sendo uma condicionante para a aprovação
263 do projeto. O conselheiro Edilson Gorte esclareceu que aterro sanitário não é para



264 depósito de rejeitos da construção civil, e sim, de materiais inertes, por isto, gostaria
265 que este novo aterro fosse eterno. O Eng. Luciano esclareceu que estas são as
266 condições do novo aterro e quem vai decidir o que vai para lá, é a prefeitura. O
267 conselheiro Ricardo perguntou o que é licenciamento emergencial, onde o Eng.
268 Luciano respondeu que em uma situação onde o poder público não tem mais saída,
269 pode pedir um licenciamento emergencial que será de 2 anos renovável por + 2 anos
270 para poder seguir com o licenciamento definitivo. A conselheira Jamile do IPPLAN
271 questionou sobre o lençol freático, onde o Eng. Luciano disse que a rocha fica a baixo
272 do lençol freático superficial (8 metros), sem nenhum risco de contaminação. O
273 conselheiro Diego pediu para deixar claro a quantidade de material que vai ser
274 retirado e o material que vai ser depositado, para exemplificar a vida útil do aterro.
275 O Eng. Luciano respondeu que a pedreira vai continuar operando por mais de uma
276 década, portanto, a atual vala vai ser ampliada. A conselheira Giovanna perguntou
277 sobre o custo da disposição e quando vai ser formalizado para o conselho e a
278 previsão de tempo de esgotamento do botuquara e se já foi pensado como que vai
279 ser feita a rescisão do contrato com a PGA. O Eng. Luciano disse que o custo será
280 calculado pela planilha de 2016 agregando os três fatores que não estavam
281 contemplados na época, ficando um custo extremamente competitivo e econômico
282 para o município de Ponta Grossa. O secretário Paulo Barros respondeu que o
283 contrato 189 está vigente e o município não tem intenção de fazer um rompimento
284 deste contrato. Está previsto no contrato, caso o município opte por outro local, a
285 operação do aterro será excluído do contrato 189/2008. A coleta seletiva e coleta
286 regular, limpeza com as equipes de trabalho serão mantidas. Quanto ao botuquara,
287 hoje está em operação a 5ª célula, e com as obras que serão realizadas tem uma
288 sobrevida de mais 2 anos. O conselheiro Evandro, observou que o pior sistema de
289 tratamento de resíduos é o aterro. Perguntou qual é o período previsto para a
290 extensão do contrato do novo aterro. O secretário Paulo Barros respondeu que no
291 mínimo 8 anos prorrogáveis por mais 8 anos. Em seguida, a Prof. Ana da UEPG
292 questionou como destinar os resíduos da construção civil no aterro, se a própria
293 SEMA proíbe. O secretário Paulo Barros disse que hoje é prioridade fechar o
294 botuquara. Temos que modernizar o sistema de reciclagem, que seria o plano B. O
295 Eng. Luciano disse que o projeto do novo aterro prevê uma área para deposição de
296 material inerte. Falou que em 1992 foi proibido o uso de incineração no Brasil
297 propondo o uso de autoclave. Infelizmente esse dogma ficou. Disse que a solução
298 apresentada é a ideal para a realidade que temos hoje no município. A Sra. Suzan da
299 ICMBIO disse que a sua dúvida é sobre o metano e qual o volume de chorume que
300 será tratado em outro município. O Eng. Luciano respondeu que a coleta do metano
301 está considerado no projeto desenvolvido pela empresa e quanto ao volume do
302 chorume, não poderá ser respondido, porque depende de uma série de variáveis. O
303 empreendedor de Pira do Sul, disse que no início vai ser terceirizado o tratamento
304 do chorume e quando o volume pegar uma escala maior será implantado um sistema
305 próprio, pedindo outorga do rio para lançamento e de acordo com as condicionantes
306 desta outorga e o perfil do chorume, este tratamento vai ser feito através de uma
307 tecnologia adequada. A Sra. Gabriela do ICMBIO questionou o licenciamento



308 emergencial. Diante dos fatos de que já tem estudos técnicos suficientes, porque
309 não é feito um licenciamento definitivo. O Eng. Luciano disse que emergencial é uma
310 fase de tramitação deste projeto, que permite cumprir as normas do licenciamento
311 definitivo, ajustando detalhes e dando maiores garantias ao processo. O secretário
312 Paulo Barros elencou vários fatos que desencadearam o licenciamento emergencial
313 do botuquara. A Sra. Gabriela replicou sua fala, dizendo que a sua preocupação em
314 relação a uma licença emergencial é que se for observado, daqui a dois anos, um
315 fato que não seja favorável, o aterro já estaria funcionando. O secretário Paulo
316 Barros disse que em Maringá ocorreu uma situação semelhante. Havia um aterro em
317 condições não muito boas, também houve uma discussão sobre a implantação de
318 uma usina com a sociedade se manifestando contra e a utilização da pedreira como
319 a forma mais viável. Foi acordado entre o município e a comunidade que se faria um
320 licenciamento de forma emergencial na pedreira, dando continuidade no processo
321 de EIARIMA que com êxito foi concluído no prazo de 2 anos e a contratação definitiva
322 do empreendimento. Se em Maringá foi possível, aqui também pode ser possível,
323 respeitando a questão geológica. A Sra. Ana da UEPG perguntou quais são as
324 tecnologias que estão sendo avaliadas para o tratamento do chorume. O Eng.
325 Químico Luis Fernando, que participou do desenvolvimento do projeto, descreveu a
326 tecnologia que vai ser implantada. O S. Fabio Melo perguntou à presidente Caroline
327 se é possível encaminhar a pauta da reunião mais exemplificada para que possa ser
328 respondida pelos empreendedores. A presidente Caroline respondeu que a questão
329 do aterro já foi colocada em pauta muitas vezes e o conselho deve opinar de acordo
330 com a lei. O Sr. Luis Eduardo, presidente da ACIPG, se manifestou perguntando ao
331 secretário Paulo Barros se a prefeitura, diante das dificuldades orçamentárias, tem
332 recursos para fazer as adequações necessárias no botuquara, onde o secretário
333 Paulo Barros explicou que é necessário uma cobrança mais eficiente do município
334 na gestão do lixo. A alternativa seria a cobrança junto a concessionária de água. A
335 obra no botuquara tem que ser feita para podermos encerrar as operações no aterro
336 e termos um compromisso longo com o passivo ambiental do botuquara. O
337 conselheiro Hugo perguntou sobre a disponibilização dos estudos do novo aterro,
338 onde a presidente Caroline informou que já foi solicitado. A presidente Caroline
339 agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 20h45min. Ata transcrita por
340 Vera Lucia Rudek.

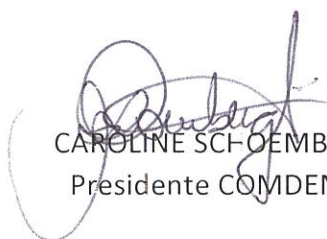
341


342

343

344

345


CAROLINE SCH-OEMBERG
Presidente COMDEMA


PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS
Secretário Executivo/PMPG/SMMA